



# Anais da Assembléia

N. 17

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 14.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 1988  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, secretariada pelos Srs. Deputados Cândido Bastos e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Lasso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Herma Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalhos, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massigan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielso Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Alexandre Ceranto) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE - (Alexandre Ceranto) Estão em votação as Atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação das atas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Alexandre Ceranto) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação das Atas.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Alexandre Ceranto) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.  
(É procedida a chamada nominal)

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Declino da chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Alexandre Ceranto) Estão em votação as Atas que acabam de ser lidas. - Aprovadas.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM N.<sup>o</sup> 037/88

Curitiba, 29 de fevereiro de 1988.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A com a Caixa Econômica Federal, até 80.000.000 (oitenta milhões) de OTN's correspondentes, em janeiro de 1988, a Cz\$ ..... 47.755.200.000,00, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Pelo Governo Federal está ainda em execução o chamado Plano Nacional de Saneamento, que se propõe permitir aos Governos Estaduais o equacionamento, em caráter permanente, dos problemas de saneamento básico e ao mesmo tempo, oferecer-lhes a oportunidade para obtenção dos meios necessários a fim de solucioná-los.

O Governo do Estado do Paraná, compreendendo o elevado interesse público na execução de tais metas, pretende providenciar, junto à Caixa Econômica Federal, através de empréstimos contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A, a vinda de recursos que serão destinados a estabelecer condições para a realização de um programa integrado no sentido de propiciar o equacionamento global e permanente do abastecimento de água em todos os municípios paranaenses.

Ademais, é bom frisar, que a iniciati-

va guarda perfeita consonância com as Diretrizes do Plano de Governo, especificamente no que tange à Política de Saneamento básico, e com os projetos 1056 - Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Depuração de Esgotos - SANEPAR e 1052 - Fundo de Água e Esgotos FAE/PR, constantes da Lei n° 8622, de 05 de dezembro de 1987, que aprovou o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1988/1990.

Assim, visando a complementação de recursos para a execução do programa de obras a serem executadas pela SANEPAR entre 1988 e 1990, a medida, como já foi dito, torna-se necessária e oportuna.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.

#### PROJETO DE LEI N° 58/88

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A com a Caixa Econômica Federal, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, até o máximo de 80.000.000 (oitenta milhões) de OTN's, correspondentes, em janeiro de 1988, a Cz\$ 47.755.200.000,00 (quarenta e sete bilhões, setecentos e cinquenta e cinco milhões e duzentos mil cruzados), destinados à execução de obras do sistema de abastecimento de água e esgoto em municípios do Estado, e a conferir à Caixa Econômica Federal os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pela Caixa Econômica Federal ao Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo Único. Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pela Caixa Econômica Federal, na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S/A ou Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com a Caixa Econômica Federal.

Art. 2° - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Água e Esgoto - FAE/PR e a integralização do capital da Companhia de Sa-

neamento do Paraná - SANEPAR, até o máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no artigo primeiro, bem como garanti-los na forma ali estabelecida.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

#### MENSAGEM N° 44/88

Curitiba, 21 de março de 1988.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios n° 001/88 de 11.02.87, 007/88, de 03.09.87, 008/88, de 01.10.87 e 002/88, de 11.02.87, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e os Municípios de Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos e Morretes, respectivamente, objetivando a execução das obras de engenharia para implantação e melhoria da infra-estrutura e equipamentos comunitários nesses Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.  
À Diretoria Legislativa.

#### MENSAGEM N° 45/88

Curitiba, 21 de março de 1988.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios n° 01/87, 02/87, 03/87, 04/87 e 05/87, todos de 03.09.87, e de seus primeiros termos aditivos datados de 09.02.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e os Municípios de ANTONINA, GUARAQUEÇABA, GUARATUBA, MATINHOS e MORRETES, respectivamente, objetivando a elaboração de projetos finais de engenharia para implantação e melhoria da infra-estrutura e equipamentos comunitários nesses Municípios. Encaminho, também, para os mesmos fins, cópia autêntica do Convênio n° 06/87, com idênticos objetivos, celebrados em 03.09.87, entre o Estado (SEDU) e o Município de PARANAGUÁ.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio

texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 46/88

Curitiba, 21 de março de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n° 30/87, celebrado em 23 de junho de 1987, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Agricultura e do Abastecimento, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul- SUDESUL, com a participação, inclusive da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER/PR, Fundação Instituto Agrônômico do Paraná- IAPAR, Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná- CAFÉ DO PARANÁ e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná- ITCF/PR, objetivando a continuidade de execução de atividades de orientação técnica e prestação de serviços, para prevenir e controlar a erosão do solo rural no Noroeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 47/88

Curitiba, 21 de março de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n° 014/87, celebrado em 03 de julho de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e a União, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, objetivando cooperação no plano técnico e financeiro, para o fortalecimento das administrações estadual e municipal nas áreas de planejamento, modernização administrativa e articulação municipal.

O interesse público na aprovação da

medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próximo texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 48/88

Curitiba, 21 de março de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n° 0150/87, celebrado em 03 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e a Secretaria Especial do Meio Ambiente- SEMA, objetivando a elaboração de uma proposta da estratégia de planejamento e gestão de Áreas de Proteção Ambiental- APAs.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 49/88

Curitiba, 21 de março de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para referendo dessa Augusta Casa de Leis, os anexos orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, para o corrente exercício (Decreto n° 2221, de 28.12.87).

Tal encaminhamento é feito no sentido de dar cumprimento ao contido no art. 5° da Lei n° 8.666, de 14 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para 1988.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

Sob o n° DTL/68/88, do Senhor Governador

dor do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n° 070/87 - de Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, que denomina Hênio Romagnolli, a Rodovia que liga Umarama a Mariluz, o qual convertido em Lei tornou o n° 8.745. Anote-se e Arquive-se.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para os Projetos de Lei n° 185/87, 340/87, 03/88 e 044/88.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 22/88, referente a convênios entre a Secretaria de Estado da Fazenda e diversos municípios do Paraná, para construção de prédios para abrigar agências de renda da Coordenação da Receita do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° 053/88, de autoria do Deputado Caíto Quintana, visando que os valores ou depósitos judiciais, de qualquer natureza recolhidos às Serventias da Justiça Estadual, deverão ser depositados em Agências do Banco do Estado S.A., ou na falta deste em outro Banco Oficial.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 35/88, no qual a Câmara Municipal de Piraquara passará a contar com 13 Vereadores, a partir da próxima Legislatura.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Douto Plenário, que seja retirado por 10 sessões o Projeto de Lei n° 180/87, de autoria do Deputado Antonio Bárbara, em 1ª Discussão.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução n° 001/88, aprovado em 3ª Discussão na Ordem do Dia da presente sessão, por não haver sofrido emenda ao longo de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, um voto de pesar pelo falecimento do fundador da cidade Galvão, Santa Catarina, Sr. FRANCISCO DOS SANTOS, ocorrido no último dia 03 de abril.

Requer ainda, que da decisão sejam informados os Srs. Altane Bertolin, Prefeito Municipal de Galvão, os Vereadores e demais autoridades do município, bem como os familiares do Sr. Francisco dos Santos.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

Nascido aos 25 de outubro de 1899, em Carazinho, Rio Grande do Sul, o Sr. Francisco dos Santos, veio para o Oeste de Santa Catarina, divisa com o Paraná, em 1944, possuindo 500 colônias de terras.

A margem esquerda do rio Saudade, com a colaboração do seu amigo Manoel Lustosa Martins, já falecido, avô do Presidente desta Casa, Deputado Antônio Martins Annibelli, fundou um loteamento que mais tarde, por volta de 1964, viria a se transformar no Município de Galvão.

Casado com Dona Dalila dos Santos, de saudosa memória, foi bom esposo e bom pai para seus 8 filhos.

Porém, o pioneirismo que marcou sua existência, o vazio que deixa entre os seus amigos e parentes, a lisura que sempre caracterizou seus atos, são apenas exemplos a serem seguidos, porque o fato mais importante, foi a justa distribuição das suas próprias terras, que praticou de maneira generosa e justa.

Com desprendimento, dividiu suas ter-

ras, transformando-as em produtivos minifúndios, tendo reservado apenas das 500 colônias iniciais 10 colônias de terras produtivas, para os seus filhos e netos.

O Município de Galvão deve preservar a memória do seu fundador e amigo Francisco dos Santos, e a sua vida deve ser lembrada, como um exemplo de justiça a ser seguido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo passamento do Sr. ALEIXO CEQUINEL, ocorrido ontem aos 80 anos de idade.

Durante sua existência, ocupou diversos cargos públicos, sendo um exemplo de dedicação e de trabalho. Deixou viúva a dedicada professora, Vivina Cequinel, e dois filhos: o advogado Carlos Augusto Cequinel e o médico Luiz Fernando Cequinel. Seu falecimento abre uma lacuna irreparável na sociedade paranaense.

Requer outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado, por esta Casa de Leis, voto de condolências à família Demori, residente a Avenida Rio Branco, 209, Zona 04, em Maringá, pelo falecimento do Sr. JOSÉ DEMORI, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscrive, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de JACAREZINHÓ, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoiamto: Luiz Antonio Setti.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscrive, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de CARLOPOLIS, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoiamto: Luiz Antonio Setti.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações à Sociedade União Juventus, pela comemoração de seus 90 anos de existência, os quais vêm trazendo um pouco da Polônia para nós.

Outrossim, requer ainda, que da decisão da Mesa seja dada ciência ao presidente e demais diretores da Sociedade União Juventus.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Palmeira, pela passagem dos 169 anos de emancipação política.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, seja dada ciência aos Excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal, Mussoline Mansani, ao vice-Prefeito Amadeu Margraf, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo Paranaense, recebam e cumprimentem a laboriosa população do Município.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, homenageia nesta oportunidade, a

laboriosa e culta população de Palmeira, pela passagem dos seus 169 anos de emancipação política.

O Município de Palmeira completa dia 07, seus 169 anos de fundação, para alegria de seus filhos.

Palmeira se consolidou como um dos principais pólos de desenvolvimento da importante região dos Campos Gerais.

As tradições mais caras aos paranaenses, na economia, na cultura paranaense, no espírito de trabalho, tem suas raízes na Cidade. Mas Palmeira é um respeitável acervo de tradições, que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Daquele rincão, modelos cívicos, morais, mentais, religiosos e políticos compuseram o perfil do homem paranaense, criado sob a influência da civilização dos Campos Gerais. Desenvolveu-se lá, além disso, uma economia pastoril, favorecida pelo tropeirismo que lhe possibilita a formação de uma aristocracia rural de marcante liderança. Daí as muitas figuras titulares que ornamentam a genealogia das famílias que lhe povoaram. Manoel José de Araújo foi o doador da gleba que serviu de patrimônio e permitiu a fundação da então Freguesia Nova de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira que hoje pretendemos homenagear, a culta e laboriosa população, pelos seus 169 anos, homenagem esta, dedicada igualmente aos seus administradores de todos os tempos. É um evento que marca além do seu registro histórico, uma Palmeira renovada pela fibra do seu povo ao longo da história.

Por todos esses fatos, o aniversário de Palmeira diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e que a ela devotamos o melhor de nossas energias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. Waldemar Allegretti, pela sua investidura como Diretor-Presidente do Banco de Desenvolvimento do Extremo-Sul.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Waldemar Allegretti.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A escolha do Dr. Waldemar Allegretti, para as elevadas funções de Diretor-Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, encheu de júbilo todo o Estado do Paraná, que contará com a inte-

ligência, patriotismo, a cultura, o espírito público de uma das figuras mais importantes do Estado.

O Dr. Waldemar Allegretti com seu talento, com sua cultura, saberá honrar a confiança que lhe foi depositada, para gerir os destinos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, cuja designação recaiu sobre a pessoa perfeitamente identificada com a problemática financeira e, temos certeza, que exercerá com brilho mais esta responsabilidade que lhe foi atribuída.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações à Diretriz Empreendimentos S/A, pela realização da XV FENAM - Feira de Máquinas para Madeira, em 06 de abril próximo vindouro, no Centro de exposições de Curitiba.

A iniciativa da empresa na promoção do evento é de significativa importância para o setor de serralheria, marcenaria e outros que dependem da utilização de máquinas no processo de transformação.

Através do proposto, o Poder Legislativo do Paraná, louva atitudes neste sentido, que vêm demonstrar organização do setor de máquinas para o manufaturamento da madeira em nosso Estado.

Que da decisão da Casa se dê ciência à Diretoria da Diretriz Empreendimentos S/A, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações à Professora Marina Guedes, por sua eleição como "Bibliotecária do Ano".

Professora de biblioteconomia da Universidade do Paraná, Marina Guedes, há quinze anos, desenvolve um trabalho incansável na área, publicando inúmeros artigos e livros dentro da especialidade.

Reconhecida por seus colegas de profissão, que no Paraná chegam a 500, como um expoente da Biblioteconomia no Estado, a Professora Marina Guedes representa uma bandeira pelo reconhecimento da profissão e pela valorização dos seus profissionais.

A homenagem prestada pela Associação dos Bibliotecários do Paraná à referida professora, e à qual o Poder Legislativo



do Paraná vem irmanar-se, vem justamente coroar de êxito todo o trabalho desenvolvido em prol da categoria.

Que da decisão desta Assembléia Legislativa, se dê ciência à homenageada, na Universidade Federal do Paraná à Magnífica Reitoria da UFPR e à Associação Paranaense de Bibliotecários, na pessoa de sua presidenta, Professora Maria Marta Sienna, à Rua Monsenhor Celso, 225, conjunto 1102, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consagração em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações ao Dr. Edmar Cordeiro Machado, pela assunção ao Cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Havendo calcado toda a sua vida profissional na magistratura, sobre a competência, o dinamismo e um profundo senso de justiça, a investidura nas funções de relevante importância no Poder Judiciário do Estado, representa o coroamento de êxito da carreira do Dr. Edmar Cordeiro Machado.

Que da decisão do Poder Legislativo, se dê ciência ao homenageado, na sede do Poder Judiciário, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Súmula: REQUER, o envio de ofícios contendo votos de congratulações, aos Grupos de Alcoólicos Anônimos do Estado do Paraná, pela realização da X Conveção Nacional de Alcoólicos Anônimos no Brasil, realizado na Pontifícia Universidade Católica - PUC, nos dias 31 de março e 1 e 2 do corrente mês nesta Capital.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofícios aos Grupos de Alcoólicos Anônimos do Paraná, conforme relação anexa, de acordo com o exposto acima.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O problema do alcoolismo, foi discutido e debatido por três dias em nossa Capital, e exatamente por pessoas que realmente conhecem e sofrem desta terrível doença que é o alcoolismo. E quem são os Alcoólicos Anônimos? São uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiên-

cias, forças e esperanças, a fim de resolverem seus problemas comuns, e ajudarem outros a se recuperar do alcoolismo. O único requisito para se tornar membro dos A.A. é o desejo sincero de parar de beber. Para ser membro dos A.A. não é necessário pagar taxas nem mensalidades; os A.As. são auto-suficientes, graças às suas próprias contribuições.

A.A. não é ligado à nenhuma seita religiosa, movimento político, organização ou instituição alguma; não deseja entrar em qualquer controvérsia; não apóia nem combate quaisquer causas. O propósito primordial é manter-se sóbrio e ajudar outros alcoólatras a alcançar a sobriedade. Para eles, o alcoolismo é uma doença progressiva, tanto física como emocional. Os alcoólatras que conhecemos parecem não ter controle em relação à bebida. A recuperação em A.A. é um método de tratamento do alcoolismo no qual os membros funcionam como terapeutas uns para os outros, compartilham entre si as experiências semelhantes no sofrimento e na recuperação do alcoolismo.

O mais importante, é que as reuniões se realizam em grupos, que são autônomos, salvo em assuntos que afetam outros grupos de A.A. ou a irmandade no seu todo. Nenhum grupo tem autoridade sobre os seus membros.

Existem atualmente cerca de 60.000 mil grupos de A.As em mais de 118 países, com mais de 3.000.000 de membros. Os grupos são democráticos, orientados por "Comitês de Serviço" de curto mandato. Desta forma, não há uma liderança permanente nos grupos de A.A.

O programa de recuperação dos A.A. oferece total liberdade a seus membros, não havendo formalidades ou compromissos quanto ao ingresso e à frequência. Suas experiências mostram, contudo, que a frequência assídua às reuniões os ajudam gradualmente em seus propósitos de permanecerem sóbrios e felizes.

Em suas experiências e em todas as suas relações com o público, os Alcoólicos Anônimos têm por objetivo ajudar o alcoólatra que ainda sofre. Acreditam que isto pode ser feito levando ao conhecimento dele e, daqueles que o querem ajudar, a sua própria experiência como indivíduo e como irmandade.

Os A.As. acreditam na existência de um Poder Superior que os ajudam a vencer a batalha no combate à vontade de beber, e para isto, eles tem uma única oração que repetem com frequência usada na abertura de suas reuniões, que é a Oração da Serenidade que aqui a transcrevemos como forma de homenagear a todos os A.As.

"Concedei-nos Senhor, serenidade necessária para aceitar as coisas que não

podemos modificar, coragem para modificar aquelas que podemos, e sabedoria para distinguir uma das outras".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, solicitando estudos para a distribuição dos recursos oriundos dos "royalties" que o Estado do Paraná receberá pela exploração dos seus recursos hídricos, pleiteando, desde já, a destinação de 1/3 desses recursos ao Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

É necessário iniciar a análise e o estudo da destinação dos recursos que o Paraná receberá pela exploração dos seus recursos hídricos. deve-se levar em conta especialmente os municípios afetados de forma direta, com perda territorial, bem como a necessidade do Estado em termos de extração mineral, exploração energética e programas voltados ao fomento industrial, de modo preferencial no interior paranaense, para que o Paraná não perca esta oportunidade histórica ímpar para o seu desenvolvimento.

A destinação de pelo menos 1/3 dos recursos ao BADEP decorre do fato de que este Banco tem provado ser um dos mais adequados instrumentos para corresponder ao desafio e à exigência do desenvolvimento do nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização ao órgão competente, para que a Escola Estadual Barão do Rio Branco em Vila Guadiana e a Escola Estadual Interventor Manoel Ribas localizada no Distrito de Pulinópolis, no Município de Mandaguçu, sejam dotadas de um parque infantil.

Esta é uma justa reivindicação de diretores, professores e pais de alunos encabeçada pelo Presidente da Câmara Municipal de Mandaguçu, Vereador Antônio Aparecido Navachi.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central, solicitando a alteração do horário bancário no Município de Nova Esperança.

Este é em atenção ao requerido pelo Vereador Pedro Mem, conforme ofício da Câmara Municipal de Nova Esperança que reivindica o horário das 10:00 às 16:00 horas.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitando viaturas para as Polícias Civil e Militar das Cidades de Campo Mourão, Goioerê, Roncador, Engenheiro Beltrão e Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O reforço de viaturas para as cidades acima, viria contribuir, efetivamente, no combate à criminalidade e à violência, através da dotação de melhores condições de equipamento e trabalho para os policiais das referidas Cidades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção da Vila Militar na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no grande número de militares lotados no Batalhão local que necessitam de moradia em local apropriado, isto é, numa Vila Militar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitando a criação da Polícia Feminina na Ci-



dade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A criação da Polícia Feminina em diversas cidades do estado do Paraná é um fato positivo para a segurança do nosso povo, notadamente no caso da população feminina. O atendimento prestado à população por parte dessa Polícia tem se revelado cordial, educado e importante no convívio e relacionamento com a sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, no sentido de gestionar pela implantação de ensino de 1º grau na Escola do Timbú Velho.

Justifica-se a presente proposição, pelo grande número de crianças em idade de ingresso na escola, bem como egressos de outras escolas, que abandonaram os estudos, exatamente pela inexistência de colégio nas proximidades de suas residências, dificultando às crianças daquela localidade o aprendizado e a alfabetização.

A reivindicação é antiga, entretanto, com o aumento da população, principalmente nos últimos dois anos, a situação agravou-se, tornando de vital importância o atendimento do solicitado, sob pena de contribuir para a expansão do analfabetismo e dos demais males advindos da falta de escolaridade.

Que da decisão da Casa, se dê ciência à Associação de Moradores do Jardim Paulista e Adjacências, em Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado Senhor Álvaro Fernandes Dias e ao Secretário de Estado de Segurança Pública Senhor Antônio Lopes de Noronha, solicitando a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros, na cidade de Bandeirantes, tendo em vista a necessidade urgente de referida providência em função das razões adiante expostas.

Bandeirantes é uma cidade que conta

hoje com mais de 41.000 (quarenta e um mil) habitantes, é também o centro de uma pequena região composta pelos municípios de Andirá, Santa Mariana, Itambaracá, Santa Amélia e Abatiá, todas elas com distâncias de 9 (nove) a 20 (vinte) Km, cuja região possui uma população estimada em 120.000 (cento e vinte mil) habitantes, sendo toda ela servida por estradas asfaltadas.

Bandeirantes e Andirá, as maiores cidades desta pequena região, possuem em contrução vários prédios, com mais de 10 (dez) andares, prevendo-se a conclusão deles para os meados do presente ano.

As unidades do Corpo de Bombeiros que servem esta região estão sediadas em Cornélio Procopio e Jacarezinho, e ficam muito distantes das cidades mencionadas, valendo dizer que quando o socorro chega, para mais nada serve. A situação vem se agravando.

Para a Cidade de Bandeirantes, a zona rural e alguns municípios dessa região, o atendimento é realizado através dos caminhões pipas de propriedade da Prefeitura Municipal e da Açúcar e Alcool Bandeirantes S/A, mas em função da impropriedade desses equipamentos, e ainda em função da construção de vários prédios, esse atendimento não evitará prejuízos de ordem pessoal e material à população, razões que nos fazem reivindicar tal providência.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao ilustre Vereador Luiz Eduardo Center da Câmara Municipal de Bandeirantes.

REQUER, também, a mesma providência aos demais integrantes da Câmara Municipal de Banderiantes.

REQUER, finalmente, a mesma providência aos ilustres Prefeitos e Câmara de Vereadores dos Municípios de Itambaracá, Andirá, Santa Mariana, Abatiá e Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício do mandato parlamentar, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Harry Schaudman, DD. Embaixador dos Estados Unidos da América, no Brasil, manifestando profunda apreensão pelo envio de tropas americanas para Honduras, numa evidente ameaça de invasão ao território nicaraguense e como pressão contra o governo sandinista; bem como ao Itamaraty-Ministério das Relações Exteriores, solicitando posicionamento contra a preocupante e grave ameaça à soberania dos povos latino americanos, patrocinada pelos EUA.

Sala das Sessões, em 04.04.88

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Álvaro Fernandes Dias, Governador do Estado, e Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação da estrada que liga o Distrito de São Luiz ao Distrito de Aquidaban, no município de Marialva.

Sala das Sessões, em 04.04.88

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

JUSTIFICATIVA.

A construção deste trecho de asfalto virá beneficiar uma grande parte da população rural do município de Marialva, residentes nos Distritos de São Luiz e Aquidaban, que, em época de chuvas, ficam com suas estradas intransitáveis, causando sérios transtornos, principalmente para o escoamento das safras agrícolas daqueles distritos para a sede do município e outros centros maiores. A pavimentação asfáltica dessas estradas concretizará o sonho de milhares de pessoas que residem naquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, solicitando a construção de 03 três salas de aula para o Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 04.04.88

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

Torna-se a cada dia, mais necessário e urgente a ampliação dos espaços físicos no Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco. O grande contingente de alunos ali matriculados tende a crescer vertiginosamente a cada exercício letivo, o que vem reclamar a construção de mais três (03) salas de aula, para atender em parte, à demanda dos discentes deste exercício de 1988.

Pelo exposto, encarece a anuência dos nobres Pares deste Poder, e que sejam cientificados os Vereadores do município de Pato Branco, através do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Neri Antônio Garbin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, solicitando providências para a criação da Universidade do Sudoeste, município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 04.04.88

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

No exercício Legislativo de 1987, formulamos através de requerimento, pedido de estudos para a criação da Universidade do Sudoeste, no município de Pato Branco.

Os motivos que fundamentam tal expediente, permanecem, face ao expressivo desenvolvimento alcançado pelos municípios do Sudoeste do Estado e ainda, pelo porte que hoje apresenta o município de Pato Branco, Capital do Sudoeste, que oferece plenas condições de abrigar uma instituição de ensino superior, a fim de receber alunos dos municípios vizinhos, garantindo assim, a continuidade dos estudos a nível superior e barateando os custos que, infelizmente, a transferência para centros maiores ainda acarreta.

Que do presente, sejam cientificados os senhores Vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco, através do seu Presidente, Vereador Neri Antônio Garbin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, solicitando estudos para implantação do curso de Odontologia na FUNESP, município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 04.04.88

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

É antiga aspiração da população estudantil do Sudoeste do Estado, a criação de um curso de Odontologia na Região.

A FUNESP oferece espaço físico e preenche plenamente os pré-requisitos para implantação desse curso, o que atenderia aos apelos dos futuros odontólogos e lhes permitiria a conclusão dos estudos em sua região de origem.

Entendemos desnecessário evidenciar a Vossa Excelência todas as dificuldades que a cada dia crescem, dificultando o término dos estudos a nível superior, mas cabe lembrar que a mudança temporária para os centros que oferecem o curso desejado, obstaculizam ainda mais a conclusão dos estudos e o devido preparo para o exercício da profissão escolhida pelos nossos estudantes.

Que do presente, sejam cientificados os senhores Vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco, na pessoa do seu Presidente, Vereador Neri Antônio Garbin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviada cópia deste requerimento ao Exmo. Sr. Prisco Viana, DD. Ministro de Estado do Desenvolvi-

mento Urbano e Meio Ambiente, sugerindo a viabilização de estudos no sentido de regulamentar a situação dos adquirentes de imóveis já financiados pelo Sistema Financeiro Habitacional, estabelecendo-se que o saldo devedor existente, não seja majorado ou refinanciado, para efeito de transferência, ao novo adquirente. Todavia, seja criada uma cláusula de inalienabilidade, pelo prazo de 06 ou 08 anos, evitando-se dessa forma, a especulação imobiliária.

Sala das Sessões, em 04.04.88

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

O movimento de transações imobiliárias que são realizadas no Paraná e no país, envolvendo uma enorme gama de imóveis já financiados pelo Sistema Financeiro Habitacional, são feitas, via de regra, através de compromissos particulares de "Compra e Venda", sendo que o imóvel permanece em nome do mutuário vendedor.

Ocorre, muitas vezes, que fatos não previstos naqueles instrumentos acontecem, gerando uma série de dificuldades para a realização da transferência, acarretando ônus para o novo adquirente, máxime, em relação ao saldo devedor que é atualizado e refinanciado, de acordo com exigências do órgão financeiro. É justamente nessas ocasiões que surgem os impasses, impossibilitando a aludida transferência.

Sob esse ângulo de entendimento, este Parlamentar sugere seja normatizada ou regulamentada a situação de centenas de adquirentes de imóveis já financiados, permitindo-se seja transferidos sem quaisquer majorações ou refinanciamento, inserindo-se, no novo instrumento a ser elaborado, uma cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 06 a 08 anos, a fim de evitar a especulação imobiliária.

Esta é a sugestão que levo à consideração de Vossa Excelência e que, aceita, virá, por certo, por termo, em definitivo, aos impasses que surgem por ocasião das respectivas transferências, dando-se, por outro lado, oportunidade para que os novos adquirentes regularizem sua situação junto ao órgão financeiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca de Macedo que este subscreve, submete à apreciação do Plenário da Assembléia, a necessidade de fazer saber à SANEPAR, da aspiração da população quanto à reformulação dos dias de vencimento das contas de água.

Neste ano de 1988, a SANEPAR adotou os vencimentos entre os dias 1º a 6 de cada mês, modificando prática de mais de 10 anos, quando se cobravam as contas sempre entre os dias 15 e 20 de cada mês.

É fácil perceber que a companhia

lucrou com grave prejuízo social para os paranaenses. Todos sabemos que as pessoas recebem até o dia 10 de cada mês, não dispondo assim de recursos para saldar as contas no começo do mês. A SANEPAR cobra então com multas de 11%. Isto se reflete sobretudo nos chamados "grandes usuários", e constitui um problema para os síndicos dos condomínios. E mais, isto aflige os trabalhadores, que, arrastados em seus salários, e de poder aquisitivo devorado pela inflação galopante não dispõem de capital para saldar as contas de água antes de receber seu salário sequer para saldar depois de receber seu salário, já que nosso salário é o menor do mundo.

Esta proposição é um apelo no sentido do bom senso e da prioridade social.

Uma simples medida de antecipação, talvez útil financeiramente para a SANEPAR, transformou-se em mais um elo do garrote de aflição econômica que torna nossos tempos, e a vida no Brasil, tão difíceis.

Para se ter uma idéia, com o pagamento com a multa de 11%, uma conta de um condomínio de 75 habitações unifamiliares, cuja conta importava em Cz\$ 70.934,00, foi cobrada na importância de Cz\$ 78.027,00. Estes 8 mil cruzados de acréscimo representam extremo aborrecimento para o síndico do condomínio, e sacrifício maior para os assalariados moradores.

Há que ser corrigida a defasagem entre o recebimento dos salários e as cobranças, a menos que o Governo insista em fazer "mídia" sobre medidas antipopulares e anti-sociais quem sabe num nova estratégia de marketing, ou numa ganância e soberba que o distanciam sempre mais do povo propóritamente.

Sala das Sessões, em 04.04.88

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserto na Ata dos trabalhos da presente sessão, a publicação "Carta a Meu Pai", de autoria de Carlos do Rego Almeida.

Sala das Sessões, em 04.04.88

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Este requerimento tem por objetivo perpetuar; através da transcrição nos Anais da Casa, a história da vida de um homem que muito fez pelo Paraná e pelo Brasil, a fim de que o nome Raymundo Ramos da Costa Almeida continue conhecido também entre as futuras gerações.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa do eminente discurso de posse do presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, ocorrida no dia 29 transato.

REQUER, outrossim, que seja dada ciência da decisão da Casa ao mencionado Líder.

Sala das Sessões, em 04.04.88

(a) EZEQUIAS LOSSO.

**JUSTIFICATIVA:**

O discurso de posse do Engenheiro Agrônomo Paulo Carneiro Ribeiro na Presidência da FAEP, para a qual foi reeleito, é um documento histórico, pois retrata a dura luta dos agricultores durante os últimos anos, penalizados pela falta de uma política para o setor, que remunere condignamente a atividade. O pronunciamento traz ainda, uma "bandeira de luta" visando menor taxaço sobre os produtos agrícolas. Em um trecho do discurso, o presidente da FAEP cita: "A agricultura não pode mais suportar a carga fiscal a que está submetida no Brasil. É urgente reduzi-la a níveis compatíveis com a atividade". Vale ressaltar que o produtor perde cerca de 25% da sua produção, sob a forma de pagamento de impostos.

**Projeto de Lei:**

PROJETO DE LEI N. 59/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Siqueira Campos - APAE", com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.88

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

**JUSTIFICATIVA:**

A "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Siqueira Campos - APAE" que pretendemos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 11 de julho de 1986, é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e assistencial.

Tem por finalidade principal promover o bem estar, a proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei a apreciação de nossos Pares, solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N° 060/88  
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública a Instituição Filantrópica Sergius Erdelyi, com sede e foro, no Município de Tijucas do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A Instituição Filantrópica Sergius Erdelyi com sede na Fazenda San Francisco, Lagoinha, Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná; sobrevive através de doações recebidas de grupos econômicos e pessoas físicas, cuja receita em sua totalidade é distribuída através de assistência médica, hospitalar, agasalhos, medicamentos e leite aos carentes de nosso Município.

Encontra-se devidamente legalizada perante o Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São José dos Pinhais; sob n° 418, às folhas 73 do livro AN-I; em 19 de agosto de 1985.

Por meio de suas finalidades, tais como a promoção do espírito comunitário e incentivo às atividades culturais, sociais e de assistência; visa prestar inúmeros benefícios à coletividade.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei, à apreciação de nossos ilustres Pares, solicitando a sua aprovação, para que venha merecer o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N° 061/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

**JUSTIFICATIVA:**

É com grande satisfação que ora trazemos à apreciação deste Augusto Plenário a proposição de concedermos o título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias. Nascido em 07 de dezembro de 1944 na próspera Cidade de Quatá, estado de São Paulo, licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Londrina - UEL, Paraná (1968). Tem se destacado por uma vida de benemerência e serviços à coletividade, tais como;

- Vereador em Londrina - PR (1968);

- Líder do MDB e Vice-Presidente da Câmara Municipal;
- Deputado Estadual (1971 - 1975);
- Líder do MDB e Membro das Comissões de Finanças, de Instrução Pública, de Agricultura e de Polícia;
- Deputado Federal (1975 - 1979 e 1983);
- Membro das Comissões de Agricultura, de Educação e Cultura e de Minas e Energia;
- Vice-Líder do MDB (1977 a 1982);
- Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito do Café e da Política Salarial;
- Eleito Senador em 1982, tomou posse em fevereiro de 1983;
- Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga atos de terror;
- Presidente da Comissão de Agricultura (1983 - 1984);
- Membros das Comissões de Agricultura e de Educação e Cultura (1983 a 1986);
- Vice-Presidente da Comissão de Economia (1985 - 1986);
- Suplente das Comissões de Legislação Social, de Relações Exteriores (1983 a 1986) e de Finanças (1985 a 1986);
- Vice-Líder do PMDB no Senado (1985 - 1986).
- Eleito Governador do Estado do Paraná (1986)
- Missões no exterior: Membro do grupo de Parlamentares que visitou o México (1983), para realizar estudos de população e desenvolvimento;
- Membro da Comitativa Brasileira que participou das Reuniões do Parlamento Europeu e do Parlamento Latino-Americano, em Estrasburgo-França (1984);
- Membro da Delegação Brasileira à XI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (1985).

PROJETO DE LEI N° 062/88  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná.

## DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Dra. Carmen Amin Ganem.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

## JUSTIFICATIVA:

É nossa intenção através do presente plano de lei, prestar a justa homenagem a Dra. Carmen Amin Ganem, que até hoje vem contribuindo para o desenvolvimento cultural de nosso Estado.

Como Professora, Advogada, Juíza do Trabalho Substituta, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Presidente da Comissão de Regimento Interno do

Tribunal do Trabalho e Presidente da Comissão da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, a homenageada destacou-se com brilho e talento no exercício de suas funções.

Foi, ainda, Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Em 14 de dezembro de 1982, tomou posse do cargo de Presidente do Tribunal.

Atualmente pertence à Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª região.

Em anexo estamos encaminhando o "curriculum vitae" da homenageada, confiando contar com o apoio dos nobres Pares para a nossa iniciativa de lei.

PROJETO DE LEI N° 063/88  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1° - Fica denominada de "Estrada Doutor Landulfo Mendes de Souza", a estrada que liga a Cidade de Cambé ao Distrito de Vila Prado Ferreira, no Município de Mirassolva.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) HOMERO OGUIDO

## JUSTIFICATIVA:

Prende-se o presente Plano de Lei ao fato do Doutor Landulfo Mendes de Souza ter empreendido luta incansável para a realização desta estrada.

Landulfo Mendes de Souza, nasceu em Matipó, no Estado de Minas Gerais, aos três dias do mês de abril do ano de 1915, filho de João Antônio de Souza e Raimunda Mendes de Souza. Faleceu aos 22 dias do mês de janeiro do ano de 1987, na cidade de Cambé.

Pioneiro do norte do Estado do Paraná, radicou-se no Município de Cambé, no ano de 1949, onde adquiriu uma propriedade, denominada Fazenda Santa Dalmácia, localizada no lugar denominado Fazenda Floresta, no Distrito da Prata. Nesta fazenda, maior produtora de café do Município, existem atualmente 500 mil pés de café, o que, além de representar parcela significativa da arrecadação municipal, possibilita a concentração de 40 famílias que residem na mesma.

Como médico que era, sempre preocupou-se com a saúde e o bem estar das famílias que com ele trabalhavam, desenvolvendo um sistema assistencial às mesmas, sistema este que é mantido até hoje por seus herdeiros e sucessores.

Entre suas realizações, encontramos: incentivo à cultura, sendo um dos pioneiros na implantação e manutenção das escolas rurais, implantação do sistema de eletricidade gerada a partir de motores de

combustão; e, aplicação de novas técnicas que pudessem trazer benefícios a todas as famílias que trabalham na Fazenda Santa Damásia.

Em auxílio a administração municipal, obteve doações de terras das propriedades vizinhas, a fim de implantar um sistema viário vicinal, dispendo para tanto de mais de 3 alqueires de terras de sua propriedade, para que ali pudesse passar a estrada que liga a Cidade de Cambé ao Distrito de Vila Prado Ferreira, do Município de Alvorada do Sul, que hoje por iniciativa do Governo Estadual está sendo totalmente asfaltada, numa extensão de 43Km.

PROJETO DE LEI N° 064/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - As datas de vencimento das taxas de água, luz e telefone, referentes a imóveis ocupados por servidores públicos, para fins residenciais, devem coincidir com as datas de seus respectivos pagamentos.

§ 1° - São beneficiários dessa lei os servidores públicos do Estado, sejam do Poder Executivo - Administração Direta e Indireta, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, e dos municípios.

§ 2° - Consideram-se imóveis ocupados para fins residenciais tanto os alugados quanto os de propriedade de servidor público estadual e municipal.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 dias da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

De modo geral, as taxas de água, luz e telefone têm datas de vencimentos sempre antes do pagamento dos salários dos servidores públicos. Disso resulta, quase sempre, na cobrança de multas, onerando ainda mais os poucos salários, e reduzindo ainda mais o orçamento dos que trabalham no Estado.

A medida que estamos propondo não representa qualquer ônus para o Estado, trazendo, em contrapartida, inúmeros benefícios para os servidores públicos do Estado.

PROJETO DE LEI N° 065/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - É obrigatório a adoção do vale-transporte, na forma da Lei n° 7.418,

de 16 de dezembro de 1985, para os servidores públicos do Poder Executivo - Administração Direta e Indireta, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente lei no prazo de 30 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04.04.88

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Passados mais de 2 anos da instituição do vale-transporte, os milhares de servidores públicos do Estado do Paraná ainda não receberam os benefícios da Lei n° 7.418, de 16/12/85.

Corrigir essa falha não é apenas fazer justiça aos que prestam serviço ao Estado. Diante da grave crise econômica e, conseqüentemente, aceleração do processo inflacionário, trata-se de atender uma necessidade dos nossos servidores públicos.

Considerando o elevado alcance social da medida proposta, confiamos contar com o indispensável apoio dos Nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 066/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO LUZ ENCAMINHA", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.88.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO LUZ ENCAMINHA, criada em 22 de outubro de 1983, em Curitiba, tem como objetivos principais desenvolver as potencialidades do ser humano a fim de capacitá-lo para o desempenho de suas finalidades precípuas e para o relacionamento com os demais membros da sociedade; proporcionar e incentivar a aquisição de um controle equilibrado entre o corpo físico, a mente e o espírito, através de técnicas espirituais da descontração e do lazer; realizar trabalhos de assistência social, em todos os seus campos, mediante a criação e a manutenção de departamentos próprios.

Assim sendo submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Pares, solicitando a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Cerante) - No Pequeno Expediente, concede a palavra ao Deputado Algaci Túlio.



O SR. ALGACI TÚLIO - Declino Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Cerante) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando à Mesa, o requerimento que pode parecer aos Senhores Parlamentares muito cedo para falar do assunto, no entanto, ainda sob regozijo de termos sido aprovado, na Assembleia Nacional Constituinte, um expediente, dando direito a "royalties" aos estados e aos municípios que tiveram suas áreas inundadas por construção de hidrelétricas. Nós estamos pedindo ao Governo, em especial, à Secretaria de Estado do Planejamento e à Coordenação Geral, que já vá preparando estudos de como esses recursos poderiam ser careados e distribuídos em nosso Estado.

E nesse sentido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que entendo ser, talvez, o BADEP um dos Bancos de Desenvolvimento do nosso Estado, um órgão certo para contar com recursos, no sentido de destiná-lo ao desenvolvimento do nosso Estado.

O BADEP, é um Banco que muitas vezes tem sido condenado pela desinformação, porque não dizer, pela ignorância de sua atuação. Só quem desconhece a histórica participação do BADEP, no desenvolvimento do nosso Estado, poderia talvez condenar a sua vocação desenvolvimentista.

Surgiram boatos e rumores, inclusive esta Casa já se pronunciou a respeito, idéias estranhas que querem a extinção deste instrumento de desenvolvimento do nosso Estado. Querer sua extinção ou incorporação ao Banco do Estado do Paraná, seria negar ao Estado um instrumento válido e comprovado pela história para o seu desenvolvimento. É bem verdade que o BADEP teve uma participação maior no desenvolvimento econômico do nosso Estado, no passado.

No tempo das vacas gordas, no tempo em que o País escancarando suas portas ao capital estrangeiro buscava no Exterior os dólares, irresponsavelmente, endividando a nossa Nação, no tempo em que muita oferta de dinheiro havia para o desenvolvimento. Nesse tempo, podemos averiguar que não só o BADEP, como todos os Bancos de Desenvolvimento de todos os outros Estados, como o BRDE e outros Bancos tiveram atuação bastante significativa, entretanto a época das vacas gordas passaram.

Estamos hoje penalizados com uma divi-

da externa, mergulhado em profunda crise econômica, entretanto, apesar da adversidade, da realidade e circunstâncias nacionais dos dias de hoje, o BADEP continua prestando relevante serviço ao desenvolvimento do nosso Estado.

Também é verdade que o BADEP, cometeu erros e enganos ao investir em projetos megalômanos e que sofreram na consequência suas frustrações. Podíamos citar o exemplo da CIC, do Grupo Atala, Codel(?), inadimplentes até os dias de hoje, sendo realmente uma verdadeira carga sobre os cofres públicos, não só no BADEP como no BANESTADO.

Pode ter havido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, equívocos nos investimentos, pode ter havido até favoritismo no passado, mas não é isto que nós deve levar a condenar um instrumento de desenvolvimento tão necessário ao nosso Estado.

Não nos enganemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, muitas vezes são apontados os erros do passado para proclamar a extinção deste ou daquele órgão e assim querendo mais do que combater os erros é evitar os possíveis acertos. Assim apontamos os erros cometidos nos assentamentos dos sem-terras, não para corrigi-lo, mas para evitar o acerto, para evitar isto sim a reforma agrária.

Condenou-se o plano cruzado através dos seus erros, seus equívocos, mas muito mais com intuito de evitar os seus acertos.

Derrubou-se o Governo João Goulart, criticando-o apontando os erros da corrupção, apontando a dívida externa, apontando a inflação e tantos outros descalabros, mas na verdade o que queriam evitar era o acerto de um Governo popular, que quando se comprometeu com as teses populares tinha que cair.

Nós valamos, muitas vezes, do erro do padre que prevarica com intuito de condenar a igreja. Que não seja este o caminho, que não seja esta demagogia, muitas vezes, utilizada como subterfúgio para evitar acertos que venham também a condenar um banco de desenvolvimento que tanto fez por este Paraná.

Nós estamos certos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, incorporar o BADEP, como rumores voltam a percorrer os corredores do Palácio seria o mesmo que extingui-lo.

Já nos pronunciávamos aqui que esses dois Bancos com objetivos inspirados em filosofias diferentes, são dois métodos, duas filosofias administrativas diferentes e incompatíveis, enquanto que o Banco do Estado é um Banco comercial visando o lucro e o sucesso do Banco através do lucro. O BADEP como um Banco de desenvolvimento visa, isto sim, o desenvolvimento

através do sucesso dos empresários que lá tomam ou captam capitais de dinheiro e recursos para suas atividades.

Enquanto um visa, portanto, o sucesso do próprio Banco, o outro visa o sucesso do empresário, do tomador de recursos para garantir o desenvolvimento.

Enquanto é implacável, desde qualquer inadimplência, o BADEP como Banco de Desenvolvimento procura interferir para recuperar os inadimplentes, procura orientar, como tem feito recentemente, durante o ano de 1987, injetando 20 milhões de cruzados para recuperar um importante complexo frigorífico de Palmas, enquanto que o BANESTADO é implacável, inclusive com os mais pequenos, como é o caso do Senhor Edmar dos Santos que terá esta semana suas terras indo a leilão por uma dívida de 1 milhão de cruzados, quando suas terras, seu maquinário valem 8 milhões de cruzados. Portanto, o BANESTADO é um banco comercial, visa o lucro dele e o sucesso dele em si mesmo; o BADEP é um banco que visa o sucesso dos empresários e daqueles que querem trabalhar para o desenvolvimento no nosso Paraná.

Incorporar os dois seria matar um, até porque o BADEP pode não ser tão exigente e implacável na cobrança das dívidas. Entretanto, é exigente, ia verificar tecnicamente se o investimento que está sendo feito é viável do ponto de vista econômico. Ao Banco do Estado não lhe interessa se o dinheiro tomado será bem aplicado ou mal aplicado, interessa apenas as garantias que o cliente possa oferecer, e se ele for mal é problema dele. O Banco está garantido com o lucro e vai se valer das suas garantias obtidas para se refazer dos prejuízos. O BADEP não. É muito mais difícil conseguir um empréstimo no BADEP do que no BANESTADO porque o BADEP vai verificar de perto, examinar a fundo se aquele investimento realmente é viável economicamente.

Essas diferenças, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que estou apontando são justamente para justificar que é absurdo e inadmissível a incorporação de duas filosofias numa mesma empresa. Por isso, fica registrado aqui o nosso rechaço e repúdio a qualquer ideia de incorporação.

Se nós formos examinar o quadro funcional das duas entidades que querem incorporar, nós podemos ver pelo relatório do BADEP que já no quadro funcional encontramos muito menos funcionários. Lógico, existe quase nenhuma agência no Interior. Entretanto, desses 415 funcionários nós temos 344 com curso e formação superior, 51 funcionários com pós-graduação, 39 com até dois cursos superiores. Para que esse acervo técnico? É exatamente para estudar

a fundo a aplicação de recursos para que eles realmente gerem desenvolvimento em nosso Estado. Isso nós não encontramos no BANESTADO, até porque é uma entidade que tem um objetivo bem diferente, que visa o lucro como banco comercial.

O BADEP opera com recursos não do Paraná. Infelizmente em 1986 e 1987 não foi acrescentado nenhum centavo no fundo de Desenvolvimento Econômico que serviria de recursos básicos para o BADEP. Todos os recursos com os quais o BADEP operou nesses anos foram gerados dentro do Banco e em 80% vieram de fora, vieram da união, vieram de repasses externos.

Portanto, nós temos nesse mesmo relatório um comparativo em que as fontes de recursos do BADEP são BNDES 48%, FINAME, recursos externos, outras fontes e do próprio BADEP, e do Fundo de Desenvolvimento Econômico apenas 1,2%.

Urge, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Estado se preocupe também em carrear para o BADEP, recursos aqui no nosso Estado para que possa assim prestar melhores e relevantes serviços ao desenvolvimento.

Uma última comparação para justificar o nosso raciocínio. Enquanto que o Banco do Estado aplica maior parte dos seus recursos em órgãos públicos como prefeituras, e outros setores, em outras empresas públicas, o BADEP, aplica 85% na iniciativa privada, visando assim o desenvolvimento da iniciativa privada e o desenvolvimento do nosso Paraná. E aqui está: O BANESTADO aplica 60% no setor público e apenas 40% no setor privado; o BADEP já aplica 15% no setor público e 85% no setor privado.

É mais uma razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para afastarmos de vez essa ideia esdrúxula de querer incorporar o BADEP-BANESTADO como se fosse possível administrar um banco comercial e proporcionar um desenvolvimento ao mesmo tempo, sob uma mesma empresa e uma mesma filosofia.

Nós queremos, portanto, valer-nos dos acertos do BADEP para não caírmos no ridículo papel demagógico de condenar um banco por uma meia dúzia de erros que pudesse ter cometido no passado.

A nova filosofia adotada pelo BADEP com a ascensão do companheiro e ilustre bancário, ex-Deputado Federal Celso Sabóia, é mais um motivo para estarmos aqui, desta tribuna, e clamar ao Governo do Estado para que confie e injete recursos e, possamos assim, com as próprias pernas, ir construindo nosso Estado, nosso Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Antônio Bárbara.

O Sr. Antônio Bárbara - Deputado Gernote

Kirinus, apenas um aparte para referir o seu apoio e o seu ponto de vista ao BADEP, porque nós conhecemos o BADEP há muitos anos e conhecemos também muitas indústrias que hoje estão recolhendo impostos, dando emprego a muita gente. Indústrias que começaram muito pequenas mas que o BADEP acompanhou, o BADEP as apoiou e hoje, muitas dessas pequenas empresas se tornaram grandes indústrias. Eu não sei se esse banco, fundido ao Banestado, iria dar o mesmo apoio, acredito que não. Porque a filosofia do BADEP é outra. É um banco de desenvolvimento e ele tem sido, realmente um banco de desenvolvimento. A nossa opinião, enfim, é que o banco então continue do jeito que vem vindo. É claro que aprimorando mais, fazendo o possível para que ele continue ajudando e desenvolvendo indústrias com seus próprios recursos. Mas o BADEP, sem dúvida nenhuma, foi um grande banco no Estado do Paraná e nós acreditamos que vai continuar sendo.

Os meus parabéns, realmente, pela sua defesa a esse grande Banco que é nosso banco de Desenvolvimento do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço o aparte Deputado Antônio Bárbara e de fato, poderíamos aqui perfilar dados estatísticos que certamente cansariam os nobres Deputados. Mas, furto-me da oportunidade em dizer apenas que, só no ano de 1987 foram gerados em média 23 empregos por dia, graças ao apoio do BADEP. Foram assistidas financeiramente em média de nove empresas por dia, pelo BADEP. Cinquenta por cento dos municípios paranaenses receberam através das empresas um ou outro benefício do BADEP. O BADEP realizou em média doze operações de crédito por dia. Somente através do FINSOCIAL, recursos que os técnicos do BADEP foram buscar junto ao Governo Federal, o BADEP beneficiou, diretamente 15 mil 857 famílias.

E por aí agora, nobre Deputado, poderíamos citar, não quero fazer aqui um rol das atividades do BADEP, entretanto o relatório está à disposição de quem quiser ver e verificar realmente que se torna necessário fazer a defesa de um órgão que se procura extinguir.

Vale a pena, Senhor Presidente e Senhores Deputados, apostar nos acertos. Até, coincidentemente, conversando com um grande banqueiro de uma empresa que orgulha o Paraná, que é o Banco Bamerindus, Senhor Presidente, o Doutor José Eduardo comentava que iria mudar a orientação do seu Banco. E ao invés de emprestar os recursos do seu Banco a uma meia dúzia de grandes empresas e grupos financeiros tipo Atala e tantos outros, e comprometer com a inadimplência desses, o banco como tal,

preferiria socializá-lo dando crédito a mil pequenos agricultores, ou a mil pequenos empresários, que mesmo se tivesse 30% de inadimplentes, os 70% ainda ajudariam a manter o Banco vivo.

É neste sentido que o BADEP também vem adotando uma nova filosofia, abandonando os empréstimos que favoreciam aos grandes grupos econômicos, para ir de encontro dos pequenos empresários, à pequena empresa, inclusive, ao pequeno lavrador na construção dos seus armazéns tão necessários à realidade agrícola do nosso Estado. Mudou, portanto, a sua filosofia exatamente para poder fazer o progresso do Paraná em cima das próprias forças paranaenses. Por isso, ele merece crédito. E, antes de abordar o assunto dos "royalties", de Itaipu, ao qual eu gostaria de pessoalmente pedir o apoio da Assembleia para que sejam carregados e sejam parte do Fundo de Desenvolvimento do Paraná gerados ou administrados pelo BADEP, eu cederei aparte ao nobre Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati - Nobre Deputado Gernote Kirinus, estamos acompanhando a brilhante exposição que Vossa Excelência faz sobre as atividades do BADEP e apenas como ilustração, nobre Deputado gostaria de saber se tem mais algum projeto de extinção do BADEP, fora aquele que este Deputado deu entrada. Por favor gostaria de saber de Vossa Excelência.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Não existe na Casa, felizmente esse fantasma passou rápido. Até para compreensão de Vossa Excelência que retirou a sua proposta. Entretanto, em conversas de corredores no BANESTADO, entre secretários, ainda existe uma leve ameaça daqueles que gostariam de fazer, talvez, a cabeça do Governador e muitas vezes se dizem seus porta-vozes, quando de fato não são, havendo mil rumores de que se pensam em extingui-lo. E o BADEP carecendo de recursos próprios se caracteriza como um simples repassador de recursos do BNDS. Mas, mesmo como repassador de recursos do BNDS tem demonstrado eficiência na sua aplicação. Por isso, estamos aqui para reforçar o BADEP e solicitando o apoio de todos os Deputados para sensibilizarmos o Governo para que no orçamento do próximo ano, talvez, o mesmo encontre alguma forma, alguma alíquota que possa servir de fundo de Desenvolvimento Econômico.

O Sr. Antônio Belinati - Eu agradeço a Vossa Excelência porque estava preocupado que fosse talvez uma alusão àquele Projeto que, de fato, nós pedimos o seu arquivamento, num voto de confiança inclusive ao

Doutor Celso Sabóia, que foi colocado na Presidência daquele órgão e até tivemos a alegria de receber do mesmo um telefonema de agradecimento pelo gesto de compreensão de nossa parte.

Eu agradeço a Vossa Excelência pelo esclarecimento.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço também a Vossa Excelência pelo aparte e Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos aqui a presença de um combativo constituinte em Plenário, Deputado Nilso Sguarezi, que bem conhece esta Casa e que talvez possa ser o portador dos nossos agradecimentos àquela Douta Assembléia por ter aprovado os expedientes sobre os "royalties" pagos aos Estados e aos Municípios quando estes sofrem prejuízos por explorações energéticas, melhor dito e mais to-cantemente nós, que somos do Oeste do Para-ná e que sofremos com as inundações das terras em relação à Itaipu.

Não sei se estou me antecipando. En-tretanto, fiquei muito preocupado há dias atrás, quando lia uma notícia de jornal, salvo engano o Jornal "O Paraná", em que um Constituinte do Paraná, do meu partido, dava a conhecer ao público que teria con-seguido passar uma emenda para substituir o termo "royalties" por indenização. Um absurdo se de fato isto tenha ocorrido, porque indenização, Itaipu diria que já se indenizou os proprietários, portanto, nada mais deve ao Paraná. Indenização é um ato só, enquanto que "royalties" é uma geração de recursos perenes e constantes.

Mas quer me parecer que foi apenas imaginação, ou de Deputado, ou do jornal. Os "royalties" realmente estão garantidos e serão mantidos com a proclamação da Car-ta Magna. Mas, há necessidade, Senhor Pre-sidente, Senhores Deputados, que nos an-tecipo, para que a luta encetada e en-cabecada pela "Gazeta do Povo", pelos "ro-yalties" de Itaipu, não caia no esqueci-mento e não fique na Constituição apenas como letra morta. É preciso que brigemos desde agora, para que estes recursos real-mente venham.

Para isto, fiz este requerimento soli-citando que o Estado, e solicitaríamos também que nós Deputados, já encetássemos estudos no sentido de ver como poderíamos agilizar o repasse destes recursos.

E aproveitando a oportunidade, por que não estes recursos advindos dos "royal-ties" serem recursos pelo menos de um ter-ço, para gerar programas de desenvolvi-men-to através do BADEP? Esta é a nossa vontade. Conclamamos aos Senhores Deputados pa-ra que, juntos, busquemos não só o direito dos "royalties", mas também já apontamos o caminho que estes recursos deverão tomar

para gerar o desenvolvimento de nosso Es-tado, para que não fique só nas idéias, mas que o "banco de idéias" que é o BADEP, tenha também os recursos suficientes para viabilizá-las.

Este é o meu parecer e a grande alter-nativa para viabilizar de vez o Paraná de-senvolvido, o Paraná industrializado, en-sejando enfim o seu avanço.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) En-cerrado o Grande Expediente, esta pre-sidência tem a satisfação de anunciar a presença, nas galerias, do Vereador Jorge Bernardi, filiado ao PDT de Curitiba. E também, com muita satisfação, anunciamos a presença do nosso ex-Presidente, Deputado Constituinte Nilso Sguarezi, que muito nos honra com sua presença.

No Horário das Lideranças, consulte a Liderança do PMDB se fará uso de seu tem-po. (Declina).

Havendo declinado, consulte a Lideran-ça do PL.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Cada um de nós, por inspiração divina, passa por esta terra com uma missão a cum-prir. Há muitos que se desviam deste cami-nho e, até encontrá-lo, passam por situa-ções difíceis, mas perfeitamente compre-ensíveis. Outros porém, entendendo a razão de sua existência, dedicam-se desde o princípio a cumprir sua missão com dedica-ção e amor. Estes seres humanos merecem de todos nós o respeito e o entusiasmo pelo exemplo que conseguem legar na demonstra-ção da perfeita compreensão de seu papel na vida.

Faço este preâmbulo, Senhor Presiden-te, Senhores Deputados, para ressaltar desta tribuna o papel cumprido por um per-sonagem de valor que há pouco tempo deixou o nosso convívio. Passado algum tempo de sua lamentável ausência, é hora, entendo eu, de fazer erigir a sua memória, certo de que cumpri um dos papéis do Parlamen-tar, que é o de ressaltar a contribuição dispensada por todo o cidadão deste Esta-do, que tenha deixado um passado de luta e de trabalho, como exemplo às novas gera-ções.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: catarinenses de Urupanga, Davi Mufatto foi um pioneiro que o Paraná não pode esque-cer; seu falecimento, ocorrido em janeiro último nos faz hoje recordar o jovem que chegava a Irati, em 1930, trazendo o ânimo de contribuir para o desenvolvimento deste Estado. Paranaense por adoção pessoal, Da-vi Mufatto instalou-se como comerciante em

Cascavel, nos idos de 1964, quando o País vivia um período de incertezas. E foi na terra fértil do nosso Oeste paranaense que se dedicou de corpo e alma a formar o patrimônio que pretendia legar a seus filhos. Sempre dedicado à terra, embora tivesse sido exemplo para conquistas em outras áreas, trabalhou por toda a sua existência como homem do campo, a quem se deveu energia e entusiasmo pelas coisas do nosso Paraná.

E ao nos deixar, aos 78 anos, pôde deixar orgulhosos a todos os seus parentes, entre os quais eu, seu sobrinho, pela missão cumprida. Sempre trabalhando, sem nunca esmorecer ante as dificuldades naturais que os diversos ciclos deste País vêm registrando, Davi Mufatto tinha sempre uma palavra de estímulo aos que ficavam na metade do caminho e dividia a sua riqueza pessoal com os irmãos mais necessitados, na certeza de cumprir o mandamento máximo, do "Amai-vos uns aos outros".

Senhor Presidente e Senhores Deputados, muitas as homenagens que Davi Mufatto recebeu, quando em sua vida, valorizando o seu trabalho, a sua dedicação e o amor a esta terra que abraçou com sua. Esse catarinense de Urucanga está vivo mais do que nunca em nossa memória, pela missão que cumpriu.

É por isso que ao ocupar a tribuna, desta Casa, para homenageá-lo, faço-o com a maior satisfação. As palavras se perdem no tempo, mas o exemplo frutifica. E por este exemplo é que transformo estas minhas palavras na manifestação de lembrança de toda esta Casa. Estou certo de que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por todos os seus representantes, rendem homenagens à memória de Davi Mufatto: amigo, trabalhador, simples, dedicado, foi um exemplo pioneiro que o Oeste do Paraná tem para se orgulhar. E ao lembrá-lo, na certeza de que tais manifestações repercutem não apenas entre seus familiares e amigos, estou certo de que contribui para a nova geração, ao indicar para as novas gerações exemplos de trabalho como deixou Davi Mufatto. Na lembrança de um cidadão que passou pela vida e construiu um passado do qual se orgulhava, a contribuição que deixou ao Estado que o abrigou com carinho, por ter feito da terra até seu último dia, o carimbo que o identificava com apenas uma palavra exemplar: trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Lideran-

ça do Partido Democrático Social. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Partido da Frente Liberal. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna mais uma vez, para fazer cobranças ao Governo do Estado do Paraná e à cúpula da Segurança Pública do Estado do Paraná também.

É incompreensível o que está acontecendo neste Estado. Maldito momento em que Sua Excelência o Governador Álvaro Dias saiu a público dizendo que havia feito um acordo com os donos do bicho do Paraná. E, como consequência, passariam os cofres públicos a receber uma certa quantia depositada no Banco do Estado do Paraná, a conta 41.200.

A partir deste momento, passando por cima de uma Lei Federal taxativamente como contravenção penal, Vossa Excelência, ou melhor, Sua Excelência desrespeitava o Judiciário do Paraná, e como consequência, dava um mau exemplo a todos nós paranaenses, porque afinal de contas compactuava com a contravenção. E o resultado disso tudo, Srs. Deputados, Sr. Presidente, o que é que se viu? A polícia se acalmou e em momento algum, durante este período, saiu às ruas para combater o jogo do bicho, e era Sua Excelência, que dizia que "jogo do bicho não era mais contravenção, porque havia uma Jurisprudência". E aí o Estado passou a arrecadar o dinheiro do jogo do bicho.

Como, onde colocou, como distribuiu, ninguém sabe porque até hoje não houve uma resposta, não veio nenhuma resposta, a um pedido de informações. De repente, Sua Excelência o Governador, ao sentir a mancada que deu, recuou quando sentiu que em Cascavel, um Promotor de Justiça abria guerra ao jogo do bicho, dizendo que queria encanál-los a todos. Diante disso, e diante de uma exigência, segundo informações, de que a quantia que era repassada ao Governo era uma quantia irrisória, estava se solicitando uma quantia maior do que aquela, que era passada para a Casa Civil para a FASPAR. Não sei quem recebia, nesta conta 41.200.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, Deputado.

Diante disso, os Delegados de Polícia, resolveram também entrar na parada, que-

riam a parte deles. E o que é que se vê hoje no Estado do Paraná? Uma verdadeira calamidade em termos de segurança pública. Temos uma dezena de Delegados de Polícia que resolveram agora partir ao combate às fortalezas.

Eu quero deixar bem claro que não estou aqui defendendo bicheiro nenhum, não tenho procuração para isso; não precisei de dinheiro de bicheiro para me eleger. Me elegi pelo meu voto, pelo meu trabalho. Portanto, não venho aqui defender os bicheiros, mas faço essas colocações para dizer que hoje o Paraná, e especialmente Curitiba, está um verdadeiro caos, em termos de segurança pública.

Exatamente em função de que, na semana passada, o filho de um Coronel da PM foi preso, mantido por três dias incomunicável na Delegacia de Furtos e Roubos. Reascendendo toda aquela problemática envolvendo a Polícia Civil e a Polícia Militar, e nós cobramos, e o jornalista Luiz Geraldo Mazza também cobrou, está na hora de o governador dar um murro na mesa, e nós falamos dessa tribuna também a mesma coisa, para chamar os homens da cúpula da Segurança, para que tomassem uma posição.

Infelizmente nada disso foi feito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e o que é que se vê hoje? Os Delegados, uma dezena aproximadamente, fazendo batidas em fortalezas, esquecendo dos assaltos, dos arrombamentos, dos homicídios, dos latrocínios e de tantos outros crimes, que infestam esta cidade e este Paraná. Resolveram somente agora, e aí é que fica a indagação, se o jogo do bicho deveria ser combatido pela Polícia, como deveria ser realmente combatido, porque afinal de contas é uma contravenção penal.

A nova Constituinte não modificou nada disso. Por que é que na época em que havia um acordo com o Governador a polícia não foi dar combate ao jogo do bicho? Por que é que só agora, quando o Governador vem a público e diz: "O Estado não aceita mais a ajuda dos bicheiros"?

Por que é que somente agora é que vieram os policiais e resolveu, a polícia do Paraná, dar batidas no jogo do bicho, sob a alegação de que há trânsito de drogas no meio da contravenção penal?

É lamentável a situação em que vivemos hoje. A polícia atrás de melhorias salariais resolve pegar uma parte da contravenção como "bode expiatório", mas só depois que o Governador veio a público e disse que a contravenção, que o jogo do bicho não era contravenção, mas que dali para a frente não estava mais aceitando essa contribuição.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta situação. Mas, eu queria dizer que terminou o feriadão, agora começou

a realidade, muita gente continuou trabalhando durante esses dias, para que outra parte pudesse descansar. Vários acontecimentos, no entanto, tiveram o seu desenvolvimento sem nenhuma interrupção. Uma grande multidão silenciosa acompanhou na Sexta-Feira Santa a encenação da Paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo e, naturalmente, os principais judas malhados foram aqueles bonecos que representavam alguns Constituintes, não todos, mas quem sabe 500 daqueles que não comparecem ao Congresso Nacional. O Presidente José Sarney, os marajás do funcionalismo público, mas não faltando também a malhação do arrocho salarial, a inflação, a impunidade, a incompetência e o desgoverno que aí está.

E, por outro lado, da trincheira, numa parte dessa banda estavam os bicheiros do jogo do bicho e um número de quase 10 delegados de polícia. Numa briga, praticamente pessoal, porque não trazia nenhum benefício à população, muito pelo contrário, porque o que se gastou nesta operação realizada na semana passada aqui em Curitiba, com viaturas, com homens, com armamentos poderia se gastar no combate aos assaltantes que estão diariamente agindo nesta cidade. Aos assassinos, estupradores e a tantos outros crimes que são cometidos diariamente nesta cidade. No entanto, preferiram agir na calada da noite, apenas por um interesse pessoal, qual seja, aquele interesse de conseguir junto ao Governo do Estado, uns votos a mais.

É necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se coloque um parapeito a isso tudo. É necessário que a segurança deste Estado volte a funcionar, que está na hora, mais do que nunca, de Sua Excelência dar um murro na mesa, porque todo o Paraná está esperando que ele o faça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o horário do Expediente, passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio: Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente. Necessita de apoio: Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do ex-



pediente. Necessita de apoio. Aposado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Aposado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Aposado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. Aposado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Aposado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Aposado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. Aposado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 01/88, oriundo do PARECER FAVORÁVEL, por unanimidade, da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS deste Poder que aprova as Contas da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, referente ao exercício de 1987. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 357/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DESAMPARADA, com sede e foro no Município de Mandaguari. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 362/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE MARINGÁ-ARTEMAR, com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 127/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que veda a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais, que contenham nomes de pessoas, fatos, históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, com forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.C.E., por unani-

midade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 77/87, de 03.08.87).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 127/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, tem por finalidade vedar alteração de nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos no Estado do Paraná, como forma de preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Em análise da matéria encontramos os seguintes dispositivos legais:

- Parágrafo Único do Artigo 8° da Constituição Federal, que reza que a competência da União não exclui a dos Estados para legislar sobre normas gerais referentes a gestão patrimonial.

- Artigo 21, inciso I, da Constituição Estadual, que reza da competência da Assembleia Legislativa, com sanção do Senhor Governador, legislar sobre as matérias da competência do Estado.

- Artigo 9° da Lei Municipal n° 6.053, de 18 de setembro de 1979, que reza que os logradouros públicos só poderão sofrer alteração em sua nomenclatura (forma de identificação dos logradouros com nome de pessoas ou referências a fatos, datas, lugares, animais, vegetais e coisas), por iniciativa do Poder Executivo ou indicação subscrita por 2/3 dos membros da Câmara.

- Artigo 3°, inciso VI, da Lei acima mencionada, que cita que devem ser guardados, tanto quanto possível, as tradições locais e lembradas figuras, fatos e datas representativas da história local, nacional ou geral.

Se encontramos a preocupação de se manter viva e respeitado o nome de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista de nossa terra no âmbito municipal, nada mais justo que ter esta mesma preocupação no âmbito estadual.

A história de nossa terra está repleta de paranaenses que enaltecem o brilho de nosso povo, levando o brio de suas personalidades e atos aos mais altos patamares da dignação e respeito a que pode chegar a natureza humana. A preservação da memória destas é justa medida a ser tomada. Pois, uma Nação só terá futuro se respeitar, preservar e valorizar o seu passado.

Nestas condições, é o nosso Parecer Favorável.

E por todo o exposto, este relator opina prazerosamente pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões, em 22.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO  
Relator.

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI N° 127/87

PARECER:

O Projeto de Lei em questão de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, tem por objetivo vedar a alteração de nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos dos próprios públicos no Estado do Paraná.

O presente Projeto é de relevante importância porque diz respeito a tradição que conserva a história e possibilita a sedimentação necessária ao futuro.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.03.88.

(aa) RAUL LOPES  
Presidente  
RAFAEL GRECA  
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 180/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que define norma para alteração de denominação de próprios públicos estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 86/87, de 19.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 180/87

PARECER:

Através do presente Plano de Lei o ilustre Deputado Antônio Bárbara pretende definir normas para alteração de denominação de próprios públicos estaduais.

É digna de elogios a intenção do nobre autor, pois pretende assegurar a preservação da memória tradicionalista da vida paranaense.

A matéria não possui qualquer impedimento, seja de natureza constitucional, legal ou regimental.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA  
Relator.

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI N° 180/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, tem por escopo definir norma para alteração de denominação de próprios públicos estaduais.

A proposta encontra-se devidamente embasada dentro das diretrizes de estímulo à preservação da memória tradicionalista de um povo.

Parece-me meritória quanto à essência e a mais oportuna quanto ao momento, pois visa preservar a denominação de próprios públicos estaduais, que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, portanto, tal proposição vem de encontro dos anseios daqueles que lutam pela conservação da memória tradicionalista do povo paranaense e, merece de toda esta assembléia a atenção que lhe sugere o autor. Assim como a dita Comissão de Constituição e Justiça ao proceder a sua análise deste Projeto, não apresentando nenhum óbice de ordem legal, ou constitucional, no âmbito desta Comissão, não encontramos impedimentos quanto a sua aprovação.

Somos, portanto, de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.88.

(aa) RAUL LOPES  
Presidente  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei n° 180/87 - Aprovado. (Fica portanto, retirado por dez (10) Sessões, o Projeto de Lei n° 180/87).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 340/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE CANDÓI, com sede e foro na localidade de Corvo Branco, Distrito de Cândói, Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 134, de 17.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 340/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Cândói, com sede e foro na localidade de Corvo Branco, Distrito de Cândói, Município de Guarapuava.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é fa-

vorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 001/88, aprovado em 3ª Discussão na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando voto de pesar à família Demori, pelo falecimento do Senhor José Demori, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Lasso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Aleixo Cequinel, ocorrido no dia 03 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 156/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n. 185/87, 340/87, 03/88, e 044/88. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n. 22/88, referente a convênios entre a Secretaria de Estado da Fazenda e diversos municípios do Paraná, para a construção de prédios para abrigar agências de renda da Cobordenação de Receita do Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 053/88, visando que os valores ou depósitos judiciais, de qualquer natureza, recolhidos às serventias da Justiça Estadual, deverão ser depositados em Agências do Banco do Estado S/A, ou na falta deste, em outro Banco Oficial. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do BADEP, Secretário de Estado da Agricultura e Superintendente Regional da LBA,

encaminhando reivindicações da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Luzia - APROSANTA, Município de São Jorge do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 35/88, no qual a Câmara Municipal de Piraquara passará a contar com 13 (treze) vereadores, a partir da nova legislatura. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo providências pela atitude tomada pelo Delegado da Delegacia de Furtos e Roubos, que proibiu a Jornalista Gilsemara Cornelisen, dos Jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", de exercer suas funções naquela Delegacia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências quanto ao material radioativo a ser depositado no Município de Piraquara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo apoio à reivindicação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, desta Capital. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas para justificação; eis que reiteradas vezes nesta Casa já foram rejeitados projetos de lei nesse sentido, pela impossibilidade de se pagar 1/2 salário-mínimo a cada pessoa inválida no Paraná, razão pela qual nossa Bancada votará contra.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Rejeitado o Requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre o qual o órgão público estadual responsável pela aquisição do leite em pó contaminado pela radiação de Chernobyl. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas para justificar. Nós apoiaremos o requerimento. No entanto, esclarecemos

que o Senhor Secretário de Estado da Saúde já fez uma ampla divulgação a respeito do leite, porém, respeitando o requerimento do nobre Deputado, votaremos a favor do mesmo.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Aprovado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre o qual a arrecadação mensal obtida através da doação feita pela Associação Profissional dos Lotéricos ao Governo do Estado. Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, solicito verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Esta Presidência defere.

(É procedida a verificação de votação)  
Cinco Senhores Deputados aprovam; 15 Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Esporte, encarecendo 14 passagens de ida e volta CURITIBA/BELÉM, para a equipe feminina de voleibol e mais 14 passagens de ida e volta CURITIBA/NATAL para a equipe masculina de voleibol. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Comando Geral da Polícia Militar, encarecendo aumento efetivo do 3º Batalhão da Polícia Militar, para atender os problemas de segurança em toda a Região Sudeste. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, visando a pavimentação da estrada que liga o Distrito de São Luiz ao Distrito de Aquidaban, no Município de Marialva. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição da matéria publicada pelo Jornal "O Estado do Paraná" de dia 18 de março do corrente ano, com o título "P.D.T., o partido de sete novos filiados por dia", onde ressalta as adesões que o P.D.T. vem conseguindo em todo o País. En-

cerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, encarecendo soluções ao problema de pagar dívidas contraídas durante o plano cruzado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo autorizar o DER a construir o trevo de acesso ao CEASA, no Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Regional do INAMPS, encarecendo providências para o não fechamento daquele órgão no Município de Nova Esperança. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, encarecendo a implantação, em regime prioritário, de uma Escola Técnica Industrial no município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Senadores e Deputados Federais, eleitos por Maringá, encarecendo a criação de um Centro de Pesquisas de milho, bem como a instalação de um núcleo da EMBRAPA e um escritório da EMATER, no Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, com apoioamento dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Constituintes paranaenses, encarecendo esforços no sentido de que seja aprovado o mandato de 04 anos para o Presidente José Sarney. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo revisão aos critérios de dotação de recursos às Casas de Estudantes Universitários. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Cerante, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo a indicação de representante da Previdência Social Rural, no Município de Umuarama. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Governador do Estado, pela realização do "I Seminário Internacional sobre a Conversão da Dívida". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Celso Hanke Camargo, por ter assumido o cargo de Gerente de Aplicações da Caixa Econômica Federal, filial do Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Pedro Arthur Sampaio, pela sua posse como Superintendente Estadual da LBA, no Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhor Governador do Estado, Ministro da Educação e Secretário de Estado da Educação, encarecendo medidas efetivas para se conter os abusivos aumentos nos preços das mensalidades das Escolas da rede particular de ensino. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a necessidade da criação da Vara da Família, Menores e Registros Públicos, no Município de Francisco Beltrão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo informações sobre o Programa de Rodovias Rurais/Sudoeste com especial ênfase para o Município de Francisco Beltrão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao CONPATRI-II Congresso Brasileiro de Segurança Patrimonial. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, enca-

recendo a liberação de recursos da ordem de Cz\$ 500.000,00, destinados para a construção de uma creche no Distrito de Guaravera, Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a ampliação e criação do 2º grau na Escola Estadual Dr. Wille Davids, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Educação, Secretário de Estado da Indústria e Comércio, encarecendo a implantação em regime prioritário de uma Escola Técnica Industrial, no município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, encarecendo providências na reabertura do Posto de Saúde de Vila Casone, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO, por intermédio da secretaria de Estado das Finanças, encarecendo a instalação da agência do referido Banco em um prédio maior, no Município de Sertaneja. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral do DETRAN, encarecendo providências na instalação do psicotécnico no Município de Porecatu. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, encarecendo a criação de um posto Avançado do referido Banco, no Município de Cafeara, como uma extensão da agência do Município de Centenário do Sul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do Instituto de Previdência, encarecendo a construção de um prédio para abrigar a instalação de um Posto Regional do IPE, no Município de Porecatu. Encerrada.

discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Romero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo medidas no sentido do asfaltamento do aeroporto municipal vale do Paranapanema, no Município de Centenário do Sul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a reintegração de posse da extinta Escola Rural Estadual Capoeira Grande localizada no Município de Piraquara. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Senhor Francisco da Cunha Pereira Filho, que encetou o movimento pelo pagamento de "royalties" ao Paraná, quando da inundação de suas terras pela usina de ITAIPU. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Diretriz Empreendimentos S/A., pela realização da XV FENAM - Feira de Máquinas para Madeira, no dia 06 de abril próximo vindouro, no Centro de Exposições de Curitiba. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações a Senhora Marina Guedes, por sua eleição como "Bibliotecária do Ano". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações a Senhor Edmar Cordeiro Machado, pela assunção do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a implantação de ensino de 1º grau na Escola Timbu Velho, no Município de Campina Grande do Sul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo viaturas para as polícias civis e militares dos Municípios de Campo Mourão, Coíderê, Runcador, Engenheiro Beltrão e Boa Esperança. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a construção da Vila Militar no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a criação da Polícia Feminina de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo 169º aniversário do Município de Palmeira. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Waldemar Allegretti, pela sua investidura como Diretor Presidente do Banco de Desenvolvimento do Extremo-Sul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos Grupos de Alcoólicos Anônimos do Estado, pela realização da X Convenção Nacional de Alcoólicos Anônimos no Brasil, realizado na Pontifícia Universidade Católica, nesta Capital. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Lasso, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do discurso de posse do Senhor Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco Central, encarecendo a alteração do horário bancário no Município de Nova Esperança. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador, encarecendo autorização para que 2 escolas do Município de Mandaguapé, sejam dotadas de um parque infantil. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, visando a regulamentação da situação dos adquirentes de imóveis já financiados pelo Sistema Financeiro Habitacional. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor De-



putado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo estudos para a implantação do Curso de Odontologia na FUNESP, no Município de Pato Branco. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências para a criação da Universidade do Sudoeste, no Município de Pato Branco. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando a construção de 3 salas de aula para o Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, no Município de Pato Branco. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do 90º aniversário da Sociedade União Juventus. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América, no Brasil, manifestando apreensão pelo envio de tropas americanas para Honduras. Retirado pelo Autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Carlópolis. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no Município de Bandeirantes. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Jacarezinho. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da publicação "Carta a Meu Pai", de autoria de Carlos de Rego Almeida. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria de Estado do Interior, encarecendo a reformulação do prazo de cobrança das contas de água, reintroduzindo a prática de fazê-lo entre os dias 15 a 20 de cada mês. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando ao Senhor Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, visando estudos para a distribuição dos recursos oriundos dos "royalties" que o Estado receberá pela exploração dos seus recursos hídricos, pleiteando a destinação de 1/3 desses recursos ao BADEP. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco dos Santos, ocorrido no dia 03 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 357/87, 362/87

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 127/87, 340/87

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N° 60/88  
promover, por merecimento, MARINA CUNHA MARTINS, matrícula n° 597, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. Palácio XIX de Dezembro, em 17.03.88.

DECRETO LEGISLATIVO N° 62/88  
aposentar, nos termos dos Arts. 138, inciso II e parágrafo 1°; 132 e parágrafo 2°; 140; inciso III; 157; 170 e parágrafo único; 172, inciso IV e 179, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, CLEIDY ANGELINA MOLINARI DA SILVA, matrícula n° 416, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com provento

mensais e integrais correspondentes à Simbologia DAS-4, acrescidos da gratificação de representação; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme disposto no Art. 6º da Lei Complementar nº 21, de 26 de outubro de 1984.

(Prot. nº 11950)

Palácio XIX de Dezembro, em 18.03.88.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 63/88

mandar retificar o Decreto Legislativo nº 439/87, de 1º de julho de 1987, para dizer que por força do disposto nos Arts. 138, inciso I; 139; 170 e parágrafo único; e, 224, da Lei nº 61174, de 16 de novembro de 1970, apresenta JOANA DE LIMA, matrícula nº 558, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 2/64; quatro (04) quinquênios incorporados; e, cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 6º, da Lei complementar nº 21, de 26 de outubro de 1984, e não como consta naquele Ato.

(Prot. nº 1569).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 64/88

apresentar, nos termos dos Arts. 132 e parágrafo 2º; 138, inciso II, 140, inciso III; 157; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos; 172, inciso IV; e, 179, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, VALDECIR NASSAR, matrícula nº 412, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos da gratificação de representação; cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 2/64; cinco (05) quinquênios e dois (02) adicionais incorporados; cem por cento (100%) sobre os respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme disposto no Art. 6º da Lei Complementar nº 21, de 26 de outubro de 1984.

(Prot. nº 1333)

Palácio XIX de Dezembro, em 24.03.88.

DECRETO LEGISLATIVO N. 65/88

apresentar, nos termos do Art. 138, inciso II e parágrafo 1º; 140, inciso I e III; 159; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos 1º e 2º, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n. 122, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) da simbologia DAS-4; cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios e quatro (04) adicionais, incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 1008/88).

Palácio "XIX de Dezembro", 24.03.88.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

DECRETO LEGISLATIVO N. 66/88

apresentar, nos termos dos Arts. 138, inciso II e parágrafo 1º; 140, inciso I e III; 170 e parágrafo único; da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, MARINA CUNHA MARTINS, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, matrícula n. 597, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo; acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação correspondente à simbologia DAS-4, incorporada; verba de representação incorporada, conforme disposto no Art. 3º, da Lei n. 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução n. 2-64; cinco (05) quinquênios incorporados; gratificação de produtividade, nos termos do Art 1º, da Lei n. 6641, de 04 de dezembro de 1974; cinquenta por cento (50%), dos respectivos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n. 8096, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. 1792/88).

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.04.88.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 71/88

apresentar, nos termos do Art. 138, inciso II; 140, incisos I e III; 170 e parágrafo único; e, 171 e parágrafos da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, JOSÉ ARY NASSIFF, matrícula nº 272, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação correspondente à simbologia DAS-3, incor-

rada; verba de representação incorporada, conforme disposto no Art. 3º, da Lei nº 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 2/64; cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais incorporados; gratificação de produtividade nos termos do Art. 1º, da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei nº 8069, de 28 de dezembro de 1984.

(Prot. nº 851).

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 04.04.88.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário.

#### Ata de Comissão:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA EXAMINAR DENÚNCIAS DE CONTRABANDO NO PORTO DE PARANAGUÁ E NA FRONTEIRA DO ESTADO DO PARANÁ COM O PARAGUAI.

11ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Aos dez dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às 09:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para Examinar Denúncias de Contrabando no Porto de Paranaguá e na Fronteira do Estado do Paraná com o Paraguai, sob a Presidência do Senhor Deputado Pau-

lino Delazeri e contando com a presença dos Senhores Deputados Hermas Brandão, Nereu Massignan, Lauro Alcântara, Paulo Furiatti e Algaci Túlio, membros efetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos, solicitando ao Senhor Secretário a leitura da Ata da reunião anterior, o mesmo não ocorrendo face o pedido feito pelo Senhor Deputado Nereu Massignan, pela suspensão da leitura da mesma. O Senhor Presidente comunicou as presenças dos Senhores Areli Teixeira de Lara e Dilmar Deleu Cunha Bueno, nas qualidades de deponentes, os quais após serem advertidos e compromissados nas formas da Lei, prestaram depoimentos, cujos termos foram taquigrafados e serão depois de decifrados e assinados anexados aos presentes autos. Atendendo solicitação dos Senhores Membros, aprovada por unanimidade, ficou determinado o comparecimento apenas dos membros efetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito para a reunião do dia vinte e quatro de novembro do corrente, às 9:30 horas e mandou que lavre-se a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Nelson L.L. Cruz, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) Deputado PAULINO DELAZERI

Presidente

NELSON LUIZ DE LACERDA CRUZ

Secretário